

# **Bonaire Participações S.A.**

Demonstrações Contábeis  
Referentes aos Exercícios Findos em  
31 de Dezembro de 2012 e 2011

com Relatório da Administração e Relatório dos Auditores Independentes

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

**CONTEÚDO**

**Conteúdo**

**Relatório da Administração**

**Relatório dos auditores independentes**

**Quadro 1 – Balanço patrimonial**

**Quadro 2 – Demonstração dos resultados**

**Quadro 3 – Demonstração do resultado abrangente**

**Quadro 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

**Quadro 5 – Demonstração dos fluxos de caixa**

**Quadro 6 – Demonstração do valor adicionado**

**Notas explicativas às demonstrações Contábeis**

**Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis e o parecer dos auditores independentes**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
**(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Bonaire Participações S.A. (“Bonaire” ou “Companhia”) submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

**Perfil Corporativo**

A Bonaire é uma sociedade anônima, de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 29 de Agosto de 1997, cujo objeto social é a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A sua atividade preponderante é a participação como acionista da *holding* CPFL Energia S.A. (“CPFL”), que através de suas subsidiárias: (i) distribui energia elétrica para consumidores em suas áreas de concessão, (ii) gera energia elétrica e está desenvolvendo projetos de geração e (iii) comercializa energia elétrica e fornece serviços de valor agregado relacionados ao setor elétrico.

**Aspectos Econômicos e Financeiros**

Como empresa de participação (“*holding*”), a Bonaire tem suas Receitas Operacionais originadas primordialmente da equivalência patrimonial, mensurada conforme sua participação no patrimônio líquido da CPFL. No exercício de 2012, as Receitas Operacionais da Bonaire totalizaram o montante de R\$ 9.180.

**Receita Financeira**

Em 2012, a Bonaire registrou receita financeira de R\$ 24.475, composta, basicamente, por rendas de aplicações financeiras.

**Despesas Gerais e Administrativas**

Em 2012, as Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 967 devido, principalmente, às despesas com publicações legais e com a contratação de assessores e advogados, com um aumento de 28% em relação ao mesmo período de 2011.

Por tratar-se de uma empresa de participação, as atividades da Bonaire são realizadas por seus diretores, não havendo funcionários contratados.

## Lucro Líquido do Exercício

O Lucro Líquido da Bonaire, ao final do exercício, foi de R\$ 31.892, correspondente ao lucro por ação ordinária de R\$ 0,47793.

## Remuneração dos Acionistas

A Política Indicativa de remuneração anual mínima aos acionistas assegura a previsibilidade quanto ao recebimento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme disposto no artigo 31 do estatuto social da Companhia:

*“Artigo 31:*

*A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.*

*Parágrafo Único: As demonstrações financeiras demonstrarão a proposta da administração de destinação da totalidade do lucro líquido do exercício, se houver, no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral.”*

Em linha com esse compromisso, a Bonaire anuncia a remuneração aos acionistas, conforme a seguir:

	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	31.892
Reserva legal (5%)	(1.595)
Resultado de exercícios anteriores	4.406
Realização do resultado abrangente reflexo	(2.711)
Lucro líquido ajustado -Base de cálculo dos dividendos -25%	<u>31.992</u>
Juros sobre o Capital Próprio Deliberados	<u>16.000</u>
Percentual da distribuição proposta em relação à base de cálculo dos dividendos	50%

## Mercado de Capitais

As ações ordinárias da Bonaire são listadas no Mercado de Balcão Organizado da BM&FBOVESPA sob o código BNPA3B. As mesmas não possuem um mercado ativo de negociação.

## Informações sobre a CPFL (investida final)

A CPFL, maior companhia privada do setor elétrico brasileiro, é uma *holding* que, por meio de suas subsidiárias, distribui, gera e comercializa energia elétrica no Brasil, nos mercados regulado e livre.

A CPFL Energia é listada nos segmentos de mais alto nível de governança – Novo Mercado da BM&FBovespa e ADRs Nível III na Bolsa de Nova York, sendo vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa. Seu capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias e assegura tag along de 100%, no caso de alienação de controle.

Os principais destaques do desempenho econômico-financeiro da CPFL em 2012, são:

- O Lucro Líquido atingiu R\$ 1.257 milhões, com redução de 22,7% em relação a 2011.
- A receita operacional líquida de R\$ 15.055 milhões correspondente a um acréscimo de 17,9% em relação a 2011.
- O EBITDA atingiu R\$ 3.898 milhões, representando um aumento de 1,2% em relação a 2011.
- A Administração da CPFL propõe distribuição de R\$ 1.096 milhões a título de dividendos. Descontado o montante de R\$ 640 milhões referentes ao primeiro semestre de 2012 (pagos em 28 de setembro de 2012), o valor a ser pago será de R\$ 456 milhões (R\$ 0,473778718 por ação). A Bonaire fez jus ao valor de R\$ 4 milhões em setembro de 2012 e receberá em data a ser definida pela CPFL o valor de R\$ 3 milhões.
- Com o objetivo de suportar a estratégia de expansão de negócios do grupo, a dívida financeira da CPFL (incluindo hedge) atingiu R\$ 16.639 milhões apresentando um aumento de 24,3% em relação a 2011.

O desempenho econômico-financeiro da CPFL, acima está apresentado de maneira bastante sintética. Para maior entendimento das operações do grupo CPFL nos segmentos de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como do seu desempenho, de sua atuação no mercado de capitais, de suas diretrizes estratégicas e outras informações acerca de suas atividades recomenda-se a leitura de suas demonstrações financeiras do exercício de 2012 divulgadas ao mercado em 13 de março de 2013 e disponíveis em [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri) ou pelo site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

### **Audidores Independentes**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que os nossos auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram, em 2012, quaisquer outros serviços não-relacionados à auditoria externa da Bonaire.

São Paulo, 20 de março de 2013

**A Administração**

# ***Bonaire Participações S.A.***

*Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras  
para o Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2012*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
Bonaire Participações S.A.  
São Paulo - SP

### **Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras da Bonaire Participações S.A. (“Bonaire” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bonaire Participações em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram seu relatório datado em 20 de março de 2012, que não conteve qualquer modificação.

Campinas, 20 de março de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Magalhães Fernandes  
Contador  
CRC nº 1 SP 203310/O-6



**Balancos patrimoniais em  
31 de dezembro de 2012 e de 2011  
Em milhares de reais**

	<b>Nota</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	226.503	444.326
Tributos a recuperar	(5)	2.647	9.500
Outros ativos circulantes		5	5
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>229.155</b>	<b>453.831</b>
Tributos a recuperar	(5)	37.751	26.735
Investimentos em coligadas	(6)	45.215	137.124
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>82.966</b>	<b>163.859</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>312.121</b>	<b>617.690</b>
	<b>Nota</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Passivo</b>			
Dividendos e juros sobre capital próprio	(5.1)	16.000	28.500
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	(7)		40.418
Tributos e contribuições sociais a pagar	(5.1)	1.763	3.642
Outros passivos circulantes		18	19
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>17.781</b>	<b>72.579</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	(7)		
Capital social		224.426	310.838
Reserva de capital		6.615	
Reservas de lucros		42.299	214.481
Dividendos adicionais propostos		15.992	
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo		5.008	19.792
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>294.340</b>	<b>545.111</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>17.781</b>	<b>72.579</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>312.121</b>	<b>617.690</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

**BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.****Demonstrações dos resultados  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011  
Em milhares de Reais, exceto lucro por ação**

	<b>Nota</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(5.1/6)	10.147	123.110
Ganho variação percentual participação societária	(5.1)		41.084
Despesas administrativas		(967)	(758)
<b>Resultado operacional</b>		<b>9.180</b>	<b>163.436</b>
Receitas financeiras		24.475	44.661
<b>Receita financeiras líquidas</b>		<b>24.475</b>	<b>44.661</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	(5.1)	<b>33.655</b>	<b>208.097</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.1)	(1.763)	(3.642)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>31.892</b>	<b>204.455</b>
Lucro básico por ação (em R\$)		0,47793	3,06396
Lucro diluído por ação (em R\$)		0,47793	3,06396

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

**BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.**

**Demonstrações dos resultados abrangentes  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011  
Em milhares de Reais**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Lucro do exercício</b>	31.892	204.455
Outros resultados abrangentes - Reflexo:		
Ganho em Instrumentos Financeiros - Ativo Financeiro - Concessão	1.476	5.242
Efeitos Fiscais sobre instrumentos financeiros - Ativo financeiro de concessão		(1.779)
Combinações de Negócios - CPFL Renováveis	(13)	4.461
Baixa pela variação percentual participação - Ativo Financeiro	-	(67.117)
Baixa pela variação percentual participação - Custo Atribuído	-	(18.886)
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	33.355	126.376

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

**BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011  
Em milhares de Reais**

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Ajuste de avaliação Patrimonial Reflexo	(Prejuízo) Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	694.576	-	30.481	334.866	-	100.637	-	1.160.560
Lucro líquido do exercício							204.455	204.455
Redução de Capital - Entrega de Ações	(692.576)						(692.576)	(692.576)
Capitalização de Reserva para Expansão				(308.838)		5.158	2.766	7.924
Equivalência Patrimonial sobre Resultados Abrangentes	308.838					(86.003)		(86.003)
Baixa pela Entrega de Ações - Resultado Abrangente								
Destinação do Lucro líquido:								
Reserva legal			10.223				(10.223)	-
Reserva de lucros a realizar				147.749			(147.749)	(147.749)
Juros sobre capital próprio deliberados							(8.831)	(8.831)
Dividendos mínimos							(40.418)	(40.418)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	310.838	-	40.704	173.777	-	19.792	-	545.111
Lucro líquido do exercício							31.892	31.892
Redução de Capital - Entrega de Ações	(86.412)						(86.412)	(86.412)
Resultado obtido pela variação percentual - Entrega de ações		6.615				(1.721)	1.695	6.615
Equivalência Patrimonial sobre Resultados Abrangentes						(13.063)		(26)
Baixa pela Entrega de Ações - Resultado Abrangente								(13.063)
Destinação do Lucro líquido:								
Reserva legal			1.595				(1.595)	(1,595)
Juros sobre capital próprio deliberados				(173.777)			(16.000)	(16,000)
Dividendos Deliberados					15.992		(15,992)	(173,777)
Dividendos adicionais Propostos								-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	224.426	6.615	42.299	-	15.992	5,008	-	294,340

**BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.****Demonstrações dos fluxos de caixa  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de Reais**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício :	<b>31.892</b>	<b>204.455</b>
Ajustes para:		
Juros e variações monetárias	(2.439)	(2.023)
Encargos de dívida e atualização Monetaria		31
Ganho Variação Percentual - Participação Societária		(41.084)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	1.763	3.642
Resultado da equivalência patrimonial	(10.147)	(123.110)
	<u>21.069</u>	<u>41.911</u>
<b>Aumento (redução) de Ativos e Passivos</b>	<u>3.803</u>	<u>65.165</u>
Dividendos Recebidos e Propostos	9.170	75.840
Imposto de Renda Retido na Fonte	(5.414)	(10.717)
Tributos a pagar	1.763	3.642
Contas a Pagar e outros	47	42
<b>Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais</b>	<b>24.872</b>	<b>107.076</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(242.695)	(27.500)
<b>Fluxo de caixa decorrente da atividades de financiamento</b>	<b>(242.695)</b>	<b>(27.500)</b>
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(217.823)</b>	<b>79.576</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	444.326	364.750
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	226.503	444.326

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

**BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.****Demonstração do valor adicionado  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
Em milhares de Reais**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Receitas(1)</b>	-	-
<b>Insumos adquiridos de terceiros(2)</b>		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(950)	(709)
<b>Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)</b>	<u>(950)</u>	<u>(709)</u>
<b>Retenções(4)</b>	-	-
<b>Valor adicionado líquido produzido pela companhia (3) - (4) = (5)</b>	<u>(950)</u>	<u>(709)</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência (6)</b>	34.622	208.855
Receitas Financeiras	24.475	44.661
Equivalência patrimonial	10.147	123.110
Ganho Variação Percentual participação societária	-	41.084
<b>Valor adicionado total a distribuir (5+6)</b>	<u><b>33.672</b></u>	<u><b>208.146</b></u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<u><b>33.672</b></u>	<u><b>208.146</b></u>
Impostos, taxas e contribuições	1.780	3.691
Remuneração de capitais próprios	31.892	204.455
Dividendos e juros sobre o capital próprio	16.000	49.250
Lucros retidos	15.892	155.205

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

## **BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

---

#### **1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Bonaire Participações S.A. (“Bonaire” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 29 de agosto de 1997, tendo por objeto social a participação como acionista da *holding* CPFL Energia S.A.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1455, 6º. Andar, conjunto 62, Vila Olímpia - São Paulo, SP.

A coligada CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil.

#### **2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

##### **2.1 Base de apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 20 de março de 2013.

##### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

##### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

##### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos na determinação e no registro de estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

Desta forma, a Companhia revisa as estimativas e as premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicados de maneira prospectiva.

## **2.5 Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

### **3.1 Instrumentos financeiros**

- Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

i) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

O principal ativo financeiro que a Companhia tem classificado nesta categoria é o caixa e equivalente de caixa.

- Passivos financeiros:

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social:



Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### **3.2 Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

### **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como empréstimos e recebíveis mensuradas ao custo amortizado e, portanto, estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos “pro-rata temporis” até a data do encerramento do exercício.

### **3.4 Imposto e contribuições a recuperar**

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as disposições legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

### **3.5 Outros ativos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

### **3.6 Investimentos em coligadas**

O CPC 18 define que influência significativa é o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. Desta forma a Companhia adota o Método de Equivalência Patrimonial em Coligada para avaliação de seu investimento na CPFL Energia.

Os investimentos em coligada são reconhecidos inicialmente pelo custo e posteriormente são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

### **3.7 Passivo circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

### **3.8 Dividendos e juros sobre capital próprio**

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social.

De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 e ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de “Dividendo adicional proposto”, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital

próprio intermediários. A declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio são contabilizados a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

### **3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber /compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no ajuste de avaliação patrimonial que já são reconhecidos líquidos destes efeitos fiscais.

### **3.10 Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quanto aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### **3.11 Reconhecimento das receitas**

A receita é reconhecida pela Companhia na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A principal receita que a Companhia fez jus está discriminada a seguir:

Receitas financeiras - Abrange receitas incidentes em juros auferidos sobre aplicações financeiras e atualizações monetárias incidentes sobre impostos a recuperar. As despesas financeiras abrangem principalmente atualizações monetárias e encargos incidentes sobre os tributos devidos.

### **3.12 Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos

potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41.

### **3.13 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Adicionalmente, nem todos estes pronunciamentos foram normatizados pelo CPC, mas, considerando o memorando de entendimento entre CPC e IASB espera-se que estes pronunciamentos sejam editados no Brasil. Consequentemente, a Companhia não os adotou para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012:

- Alterações à IAS 1 Presentation of Financial Statements (Apresentação das Demonstrações Financeiras)

Permite apresentar o resultado do exercício e o resultado abrangente em uma única ou em duas demonstrações e exige divulgações adicionais quanto à segregação de itens do resultado abrangente que (i) serão reclassificados posteriormente para a demonstração do resultado e (ii) itens que não serão reclassificados. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012. A Administração está analisando os efeitos destas alterações e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes.

- Alterações à IAS 19 Employee Benefits (CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados)

Alterações na contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão, sendo as principais: a) eliminação do “método do corredor”; b) reconhecimento imediato no resultado dos custos de serviços passados; c) reconhecimento dos ganhos e prejuízos atuariais em outros resultados abrangentes, conforme ocorram; e d) substituição das despesas com juros e do retorno esperado sobre os ativos do plano por um valor de “juros líquido”, apurado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. Adoção aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa. O efeito estimado pela Administração em avaliação preliminar da adoção inicial destas modificações no exercício de 2013, seria uma redução do patrimônio líquido da Companhia, em 1º de janeiro de 2013 no montante de R\$ 3.405 decorrente do reflexo de seu investimento na coligada CPFL Energia.

- Alterações à IFRS 7 e IAS 32 - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities

As alterações à IAS 32 esclarecem os requisitos para compensação de instrumentos financeiros e as alterações à IFRS 7 introduzem novos requisitos de divulgação para ativos e passivos financeiros que são compensados no balanço patrimonial. As modificações da IFRS 7 são aplicadas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, enquanto as alterações à IAS 32 são aplicadas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Administração está analisando os efeitos destas alterações e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes.

- IFRS 9 Financial Instruments

Estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados entre duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado, classificação essa efetuada no reconhecimento inicial do instrumento financeiro e cuja base depende do modelo de negócios no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. Para os passivos financeiros, a principal alteração quanto às exigências já estabelecidas pela IAS 39 refere-se àqueles reconhecidos ao

valor justo através do resultado, nos quais a variação de valor justo atribuível a mudanças no risco de crédito é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, exceto quando esse registro resultar em um descasamento contábil no resultado. A adoção é aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A Administração está analisando os efeitos destas alterações e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

- IFRS 13 Fair Value Measurement (CPC 46 - Mensuração do Valor Justo)

Estabelece definição de valor justo e apresenta uma estrutura conceitual para sua respectiva mensuração e exigências de divulgação. Sujeita a exceções limitadas, a norma se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. A aplicação desta norma é efetiva a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia está analisando os impactos dessas alterações nas demonstrações financeiras.

Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas na preparação destas demonstrações financeiras.

#### 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Caixa e depósitos bancários à vista	1	6
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de depósito bancário (CDB)	210.938	148.462
Fundos de investimento	15.564	295.858
	<u>226.503</u>	<u>444.326</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras realizadas pela Bonaire consistem em: (i) aplicação no fundo de investimento de curto prazo, BNY Mellon ARX Cash Fundo de Investimento de Curto Prazo, administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M. S.A. e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em operações de renda fixa no curto prazo, com o objetivo de acompanhar a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e (ii) aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, emitidos pela Caixa Econômica Federal, remunerados, na média, a 100,7% do Certificado de Depósito Interbancário –CDI.

Estas aplicações, disponíveis para serem utilizadas exclusivamente nas operações da Companhia, possuem a característica de atender compromissos de curto prazo, são imediatamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança no valor.

#### 5 TRIBUTOS A RECUPERAR

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os tributos compensáveis são compostos, principalmente, por imposto de renda retido na fonte incidente sobre aplicações financeiras e antecipações de IRPJ e CSLL.

Os saldos são compostos como se segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda antecipado	1.290	6.965
Contribuição Social antecipada	1.357	2.535
Total	<u>2.647</u>	<u>9.500</u>
<b>Não-Circulante</b>		
Imposto de Renda antecipado	29.734	9.693
Contribuição Social antecipado	2.603	6.325
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.414	10.717
Total	<u>37.751</u>	<u>26.735</u>

Os tributos a recuperar classificados no ativo circulante correspondem aos montantes estimados a serem utilizados até o fim exercício social de 2013 em contrapartida aos tributos devidos até aquela data, basicamente provenientes de apurações tributárias mensais nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e de IRRF, PIS, Cofins e CSLL incidentes sobre serviços prestados por terceiros.

No ativo não circulante, a Companhia mantém os créditos tributários não utilizados no ano corrente além de imposto de renda retido na fonte incidente no resgate de aplicações financeiras mantidas pela Companhia.

### 5.1 Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Alíquota do imposto de renda e contribuição social – Legislação	25%	9%	25%	9%
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	33.655	33.655	208.097	208.097
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(10.147)	(10.147)	(123.110)	(123.110)
Ganho na Variação de Participações Societárias			(41.084)	(41.084)
Despesa de Juros sobre Capital Próprio	(16.000)	(16.000)	(28.500)	(28.500)
Subtotal exclusões	<u>(26.147)</u>	<u>(26.147)</u>	<u>(192.694)</u>	<u>(192.694)</u>
Lucro antes das Compensações	7.508	7.508	15.403	15.403
Créditos fiscais (não constituídos) pelas incertezas na sua realização	(2.252)	(2.252)	(4.621)	(4.621)
Base de Cálculo	5.256	5.256	10.782	10.782
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.290	473	2.672	970
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Efetiva	24,54%	9,00%	24,78%	9,00%

### 5.2 Créditos fiscais não constituídos

No início do exercício de 2012, o montante de prejuízos fiscais relacionados ao IRPJ, assim como a base de cálculo negativa de CSLL era de R\$ 61.060, uma vez que os ajustes fiscais atribuídos a estas bases de cálculo foram de igual valor. Destes montantes foram utilizados R\$ 2.252 (30% aplicados sobre o lucro antes das compensações de prejuízos fiscais) para a compensação do IRPJ e da CSLL devidos em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 4.621 em 2011).

## 6 INVESTIMENTOS

### Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia detém participação societária permanente na coligada CPFL Energia S.A. nos montantes de R\$ 45.215 e R\$ 137.124, respectivamente. A movimentação da rubrica Investimentos é como se segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Saldo no início do exercício</b>	137.124	819.425
Resultado da Equivalência patrimonial	10.147	123.110
Efeito de equivalência patrimonial sobre o resultado abrangente da investida (a)	(26)	7.924
Dividendos recebidos e propostos (b)	(9.170)	(75.840)
Redução de capital (c)	(86.412)	(692.576)
Baixa proporcional ajustes avaliação patrimonial (d)	(13.063)	(86.003)
Variação percentual na entrega de ações (e)	6.615	41.084
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b><u>45.215</u></b>	<b><u>137.124</u></b>

- (a) Em 2012, a aplicação de 0,66% a partir de fevereiro de 2012 (ver item (e) da mesma nota) sobre o resultado abrangente da CPFL Energia refletiu no investimento o montante (negativo) de R\$ 26 que é composto pelo resultado abrangente reflexo decorrente da combinação de negócios da CPFL renováveis de R\$ 13 e pelo resultado abrangente reflexo de instrumentos financeiros de R\$ 13.

Em 2011, a aplicação de 12,62% até a data de 15 de agosto de 2011 e de 1,94% após essa data (ver item (e) da mesma nota) sobre o resultado abrangente da CPFL Energia refletiu no investimento o montante de R\$ 7.924 que é composto pelo resultado abrangente reflexo decorrente da combinação de negócios da CPFL renováveis de R\$ 4.461 e pelo resultado abrangente reflexo de instrumentos financeiros de R\$ 3.463.

- (b) A Assembleia Geral Ordinária da CPFL Energia aprovou, em 12 de abril de 2012, a distribuição de dividendos complementares referentes ao lucro líquido apurado no exercício de 2011, no montante de R\$ 4.973, correspondente a R\$ 0,788205126 por ação.

Em 08 de agosto de 2012, o Conselho de Administração da CPFL Energia aprovou a distribuição de dividendos complementares referentes à antecipação do resultado de 2012. O montante recebido pela Companhia é de R\$ 4.197, correspondente a R\$ 0,665339515 por ação.

- (c) Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) de 07 de junho de 2011 foi aprovada a redução de capital da Companhia no valor de R\$ 692.576, com pagamento mediante a transferência ao Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações (“Energia SP FIA”) de 51.378.024 ações de emissão da CPFL Energia, avaliadas ao valor contábil do balanço patrimonial de 30 de abril de 2011, sem cancelamento de ações da Companhia. Após a deliberação na AGE, ocorreu o desdobramento de ações da CPFL Energia, de modo que a quantidade de ações restituídas ao Energia SP FIA passou de 51.378.024 ações para 102.756.048 ações. A efetivação da redução e da transferência das ações de emissão da CPFL Energia ocorreu em 15 de agosto de 2011, após o cumprimento do prazo de 60 dias, contados da data de publicação da ata da AGE, para oposição de eventuais credores, nos termos do artigo 174 da Lei 6.404/76, passando o capital social a ser de R\$ 2.000.

Em AGE realizada em 14 de outubro de 2011, os acionistas decidiram pelo aumento de capital, mediante a capitalização da reserva de lucros para expansão, com efetivação da operação o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 310.838.

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) de 24 de novembro de 2011 e conforme divulgado na nota explicativa de eventos subsequentes às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, foi aprovada a redução de capital da Companhia, mediante a transferência de 12.362.202 ações de emissão da CPFL Energia ao Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações (“Energia SP FIA”), sem cancelamento de ações da Companhia, avaliadas ao valor contábil do balanço patrimonial levantado em 31 de outubro de 2011. A efetivação da redução e da transferência das ações de emissão da CPFL Energia ocorreu em 08 de fevereiro de 2012, após o cumprimento do prazo de 60 dias, contados da data de publicação da ata da AGE, para oposição de eventuais credores, nos termos do artigo 174 da Lei 6.404/1976, passando a Companhia a ter o capital social de R\$ 224.426.

(d) A conta de investimentos sofreu Ajustes de Avaliação Patrimonial (“AAP”) reflexo dos registros contábeis da CPFL Energia, tendo em vista a aplicação das novas regras contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07. Desta forma, quando das reduções de capital, foram efetuadas as baixas proporcionais do “AAP” contabilizado no Patrimônio Líquido.

(e) Em 2012, refere-se à variação percentual (1,28%) referente à entrega das ações de emissão da CPFL, de 1,94% para 0,66% após a redução do capital da Bonaire, bem como a variação no investimento da data base da entrega (31/10/2011) até a sua efetivação em 08/02/2012.

Em 2011, refere-se à variação percentual (10,67%) referente à entrega das ações de emissão da CPFL, de 12,62% para 1,94% após a redução do capital da Bonaire, bem como a variação no investimento da data base da entrega (30/04/2011) até a sua efetivação em 15/08/2011.

#### Informações da participação na CPFL Energia:

As principais informações sobre a participação societária permanente na CPFL Energia é como se segue (em milhares de ações):

<u>Composição do capital</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	962.274.260	962.274.260
<u>Em poder da investidora:</u>		
Ações ordinárias em circulação	6.308.790	18.670.990
Participação no capital:	0,66%	1,94%
Na investida:		
Ativo	31.075.687	27.413.057
Capital social integralizado	4.793.424	4.793.424
Resultado do exercício atribuído aos controladores	1.225.924	1.530.403
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	6.896.660	7.067.157
Na investidora:		
Investimentos	45.215	137.124
Resultado de equivalência patrimonial	10.147	123.110

Em 31 de dezembro de 2012 o valor de mercado das ações ordinárias da CPFL Energia na Bovespa era de R\$ 21,40, portanto, o valor justo dos investimentos da Companhia era de R\$ 135.008.

## 7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 7.1 Capital Social

Conforme descrito na nota 6 acima, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de novembro de 2011, os acionistas decidiram pela redução do capital da Companhia, no montante de R\$ 86.412, mediante a entrega de ações da CPFL Energia ao Energia SP FIA, sem cancelamento de ações da Companhia. A efetivação da redução e da transferência de ações da CPFL Energia ocorreu em 8 de fevereiro de 2012. Com a efetivação da operação de redução do capital social, a Companhia passou a ter o capital social de R\$ 224.426.

Em 28 de novembro de 2011 foi realizada Assembleia Geral de Cotistas do Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações na qual foi aprovada a alteração da sua denominação para Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações ("Energia SP FIA").

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Bonaire está representado por 66.728.878 ações ordinárias escriturais sem valor nominal. A participação acionária está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de Ações			
	2012		2011	
	Ordinárias	Participações%	Ordinárias	Participações%
Energia SP FIA	66.728.875	99,99	66.728.872	99,99
Demais acionistas	3	0,01	6	0,01
	66.728.878	100,00	66.728.878	100,00

O acionista Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações é controlado por fundos de pensão (cotistas), nas seguintes proporções:

<u>Quotistas</u>	<u>%</u>
Fundação CESP	44,39
Fundação SISTEL de Seguridade Social	32,23
Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS	22,78
Fundação SABESP de Seguridade Social – SABESPREV	0,60
	<u>100,00%</u>

### Distribuição de Resultados

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos aos acionistas calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A base de cálculo dos dividendos, bem como as antecipações efetuadas e o valor proposto relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	31.892	204.455
Reserva legal (5%)	(1.595)	(10.223)
Realização do resultado abrangente reflexo	1.695	2.766
Lucro líquido ajustado -Base de cálculo dos dividendos -25%	<u>31.992</u>	<u>196.998</u>
Juros sobre o Capital Próprio Deliberados	<u>16.000</u>	<u>8.831</u>
Dividendos Propostos	-	40.418
Total	<u>16.000</u>	<u>49.249</u>
Percentual da distribuição proposta em relação à base de cálculo	<u>50%</u>	<u>25%</u>



Em 28/12/2012 foi deliberada a distribuição de Juros sobre Capital Próprio, a título de antecipação do resultado do exercício de 2012, no montante R\$ 16.000, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,23977625 por ação

Adicionalmente, a Administração está propondo a distribuição de R\$ 15.992, a título de dividendos adicionais a serem ratificados na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Em 25/04/2012 foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 214.195 (valor bruto de R\$ 3,209936289 por ação), sendo R\$ 40.418 referentes aos valores propostos relativos ao resultado de 2011 e R\$ 173.777 referentes a reversão de reserva de lucros.

## 7.2 Reserva de Lucros

### a) Reserva Legal

A reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do Lucro Líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo desta reserva é de R\$ 42.299 (R\$ 40.704 em 31 de dezembro de 2011).

### b) Dividendos adicionais propostos

De acordo com as práticas contábeis, a parcela que excede ao dividendo mínimo obrigatório só será provisionada após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, momento pelo qual passa a atender aos critérios de obrigação conforme determinado pelo CPC 25. No exercício, a Companhia destinou ao patrimônio líquido na conta de “Dividendos adicionais Propostos” o montante de R\$ 15.992.

## 7.3 Ajuste de avaliação patrimonial reflexa

Na aplicação do método de Equivalência Patrimonial sobre a coligada CPFL Energia, a Companhia reconheceu, conforme ICPC 09, de forma reflexa aos ajustes relacionados aos efeitos da adoção das práticas contábeis adotadas pela coligada CPFL Energia:

- (a) Custo Atribuído:** valor correspondente a alteração da participação da coligada CPFL Energia nos ativos que foram transferidos para a CPFL Renováveis. Para fins de Adoção inicial do IFRS, o ICPC 10, esclarece que está permitido às empresas trazerem certos itens do seu ativo imobilizado a valor justo, chamado de “Custo Atribuído”. O novo valor é tratado como se fosse o custo do bem na data de transição, que será depreciado ao longo de sua vida útil.
- (b) Combinação de Negócios:** a coligada CPFL Energia passou a deter indiretamente, 54,50% da CPFL Energias Renováveis S/A (“CPFL Renováveis”), assumindo seu controle em 1º de agosto de 2011, passando a controlar integralmente a CPFL Renováveis a partir dessa data. Diante disso, foi registrada uma reserva de avaliação patrimonial na coligada em consequência da combinação de negócios, que será amortizado com base no prazo de concessão da CPFL Renováveis.

O cálculo do lucro por ação básico e diluído foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não houve efeitos dilutivos para o cálculo do lucro por ação diluído e nem ações mantidas em tesouraria a serem subtraídas do cálculo ponderado do número de ações em circulação.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	31.892	204.455
Lucro disponível aos acionistas	<u>31.892</u>	<u>204.455</u>
Média ponderada do número de ações em circulação	66.728	66.728
Lucro por ação ordinária	<u>0,47793</u>	<u>3,06396</u>
Lucro por ação preferencial	-	-

## 9 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita Financeira		
Renda de aplicações financeiras	22.036	42.638
Variação monetária	2.439	2.023
Total	<u>24.475</u>	<u>44.661</u>

O resultado financeiro da Companhia provém basicamente de remunerações de aplicações financeiras em fundo de investimento de curto prazo, em Certificados de Depósito Bancário – CDB e atualização monetária de impostos e recuperar classificados no ativo não circulante cujo saldo incide taxa SELIC.

## 10 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(803)	(532)
Propaganda e publicidade	(43)	(66)
Associações e entidades de classe	(56)	(78)
Outras	(65)	(82)
	<u>(967)</u>	<u>(758)</u>

## 11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados dos ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

### a) Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	Categoria	31/12/2012		31/12/2011	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	226.503	226.503	444.326	444.326

b) Risco de crédito:

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a natureza das operações da Companhia.

c) Risco de taxa de juros:

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados à média do CDI ou à Taxa Selic. Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em resultado financeiro menor por conta de flutuações nas taxas de juros, que reduzem as receitas financeiras relativas a estas aplicações.

d) Risco de taxa de câmbio:

A Companhia não está suscetível a este risco, uma vez que não possui operações atreladas a moeda estrangeira.

e) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação da taxa de juros, conforme demonstrado:

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2012 seja mantido, e (ii) que o CDI anual acumulado nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneça estável (CDI: 8,38% a.a), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma receita financeira líquida de R\$ 18.981. Caso ocorram oscilações no CDI de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (*)	Redução do índice em 25% (**)	Redução do índice em 50% (**)
Instrumentos financeiros ativos	226.503	redução CDI	(2.945)	(4.745)	(9.490)
	<b>226.503</b>		<b>(2.945)</b>	<b>(4.745)</b>	<b>(9.490)</b>
Total de redução da receita financeira			<b>(2.945)</b>	<b>(4.745)</b>	<b>((9.490))</b>

(\*) O índice de CDI considerado de 7,08% foi obtido através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(\*\*) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de redução dos índices aplicados são referentes às informações em 31/12/2012.

## 12 PARTES RELACIONADAS E REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia é 100% controlada pelo fundo Energia São Paulo FIA, que por sua vez é controlado pelos seguintes fundos de pensão (quotistas do fundo): (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade

Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

A Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria Companhia ou incentivos de longo prazo.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) Aplicação Financeira - Refere-se basicamente a aplicações financeiras em fundo de investimento administrado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M., conforme descrito na nota 4.

### **13 EVENTOS SUBSEQUENTES**

#### Opção de Compra de Ações do Bloco de Controle da CPFL

O Energia SP FIA, na qualidade de sucessor da Bonaire no que tange aos direitos e obrigações previstos no Instrumento de Outorga de Opção de Compra celebrado em 17 de julho de 2002 entre a Companhia, VBC Energia S.A. ("VBC") e 521 Participações S.A. ("521"), exerceu opção de compra da totalidade das ações adicionais, correspondente a 4% das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas da CPFL Energia S.A. ("CPFL") detidas por VBC e/ou suas sucessoras, e, por BB Carteira Livre I ("BB CL I"), sucessor da 521. A VBC e suas sucessoras Camargo Corrêa S/A ("CCSA") e ESC Energia S/A ("ESC"), bem como a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), sucessora e quotista exclusiva do BB CL I, informaram seus respectivos aceites em face do exercício da Opção de Compra, indicando, de forma clara e inequívoca, a vontade de alienar as ações vinculadas ao Acordo de Acionistas da CPFL Energia.

Deste modo, a CCSA alienou 11.804.530 ações vinculadas ao Energia SP FIA e a PREVI alienou 9.897.860 ações vinculadas ao Energia SP FIA, sendo que a efetiva transferência das ações ocorreu em 25 de março de 2013.

**BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ Nº 02.117.801/0001-67

NIRE Nº 35300152697

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O PARECER DOS AUDITORES  
INDEPENDENTES**

**para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

Os Diretores da Bonaire Participações S.A., para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que:

- a) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Bonaire Participações S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.
- b) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da BONAIRE referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 20 de março de 2013.

**Bonaire Participações S.A.**

Martin Roberto Glogowsky – Diretor Presidente

Temóteo Roberto Brito de Miranda – Diretor de Relações com Investidores

Carlos Alberto Cardoso Moreira – Diretor Administrativo

Carlos Fernando Costa - Diretor